

☆ continuação

11. Passivos contingentes - Perdas possíveis: a) Movimentação dos passivos contingentes:

	Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis da Easynvest - Título Corretora de Valores S.A.		Contingências	
	2015	Adições	2016	
Ações tributárias (i)	251	-	251	
Ações trabalhistas (ii)	-	100	100	
Ações cíveis (iii)	-	11	11	
Total	251	111	362	

b) Composição da probabilidade de perda:

	2016		2015		Probabilidade de perda
	2016	2015	2016	2015	
Ações tributárias (i)	251	251	-	-	Possível
Ações trabalhistas (ii)	100	-	-	-	Possível
Ações cíveis (iii)	11	-	-	-	Possível
Total	362	251			

i) Tributárias: Em 2012 a Receita Federal do Brasil lavrou dois autos de infração relativos à desmutualização de títulos patrimoniais. A Administração da Easynvest optou pela adesão à anistia prevista na Lei 12.865/13, com a desistência parcial referente ao PIS e COFINS, mantida a discussão quanto ao IRPJ e CSLL, cujo valor inicial que era de R\$ 12.109 passou a ter o seu risco de perda reduzido para o montante de R\$ 251 (R\$ 251 em 2015).

ii) Trabalhistas: Em 31/08/2015 foi distribuída a ação de reclamação trabalhista no montante de R\$ 100. **iii) Cíveis:** Objetos diversos de indenização no montante de R\$ 11 composto por 1 processo. **12. Patrimônio líquido:**

a) Capital social: O capital social é de R\$ 12.798, divididos em 12.315.840 ações, sendo 6.157.920 ordinárias e 6.157.920 preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas na data do balanço, por acionistas domiciliados no país. **b) Dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, deduzido do valor da reserva legal de 5%, findo o exercício social em que a Administração o julgar compatível com a situação financeira da Easynvest, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior mínimo ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá também, se não houver oposição de nenhum Acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao mínimo obrigatório ou a retenção de todo o lucro. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de vantagem de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de ações, no caso de dissolução da Sociedade. No exercício findo em 31/12/2016 não houve distribuição de dividendos (R\$ 3.449 em 2015). **c) Destinação dos lucros:** Em atendimento a Resolução CMN nº 3.605, a Easynvest destina o saldo de lucros acumulados para reservas de lucros no encerramento das demonstrações contábeis anuais. No exercício findo em 31/12/2016, foi destinado para reserva legal o montante de R\$ 786 (R\$ 183 em 2015); e, para reservas especiais de lucros o montante de R\$ 14.924 (R\$ 34 em 2015). **d) Juros sobre capital próprio:** No exercício findo em 31/12/2016 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.282 (R\$ 708 em 2015), conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, tendo sido classificados em conformidade com a Circular nº 2.739/97. **13. Responsabilidades:** A Easynvest é responsável pela administração de Fundos e Clubes de Investimento, cujos valores de Patrimônio Líquido no exercício eram:

	2016	2015
Fundos de investimentos multimercado	31.854	32.125
Clubes de investimentos	7.840	3.809

Total **39.694** **35.934**
14. Transações com partes relacionadas: A Easynvest possui como parte relacionada os valores a receber, conforme descrito a seguir: **a) Taxa de administração**
 Taxa de Administração de fundos
Total **2016** **2015**
 17 15
 17 15

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o exercício findo em 31/12/2016 foi de R\$ 2.112 (R\$ 823 em 2015), a qual é considerada benefício de curto prazo. **15. Receitas de prestação de serviços:** **2016** **2015**
 Rendas de assessoria técnica 324 199
 Rendas de comissão e colocação de títulos 2.468 728
 Rendas de intermediação e corretagem 9.122 4.539
 Rendas de outros serviços 117 64
Total **12.031** **5.530**
2016 **2015**

16. Despesas de pessoal
 Honorários da diretoria (2.112) (823)
 Proventos (6.845) (2.827)
 Encargos sociais (2.772) (1.165)
 Benefícios (3.191) (1.587)
 Outras despesas (202) (78)
Total **(15.122)** **(6.480)**

17. Outras despesas administrativas

Despesas com água e energia (126) (106)
 Despesas com aluguéis (432) (303)
 Despesas com comunicações (1.527) (833)
 Despesas de manutenção e conservação (1.194) (510)
 Despesas com processamento de dados (5.374) (2.709)
 Despesas com propaganda e publicidade (5.325) (1.958)
 Despesas com publicação (61) (50)
 Despesas com serviços bancários e custódia (354) (94)
 Despesa com serviços técnicos especializados (1.210) (523)
 Despesas de transporte (22) (8)
 Despesa com depreciação e amortização (956) (326)
 Outras despesas administrativas (963) (721)
Total **(17.544)** **(8.141)**

18. Despesas tributárias
 Impostos sobre serviços - ISS (595) (271)
 Contribuição ao COFINS (2.603) (1.037)
 Contribuição ao PIS (423) (168)
 Taxa fiscalização CVM (93) (44)
 Outras despesas tributárias (55) (48)
Total **(3.769)** **(1.568)**

19. Outras receitas operacionais
 Programa de incentivo 6.540 -
 Outras rendas operacionais 3.647 343
Total **10.187** **343**

20. Gerenciamento da estrutura de capital e dos riscos: Gerenciamento da estrutura de capital: Visando o atendimento à Resolução nº 3.988 de

30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Easynvest, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. **Risco operacional:** Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure. Em junho de 2007, a Diretoria aprovou um conjunto de medidas que foram implementadas durante o segundo semestre de 2007, para garantir o completo alinhamento da Instituição ao disposto na Resolução. **Risco de mercado:** O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos. **Risco de liquidez:** Visando o atendimento a Resolução nº 4090 de maio de 2012 do Banco Central do Brasil, a Easynvest adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos. Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização. **Risco de crédito:** A Easynvest implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 3.721 de abril de 2009. Essa estrutura permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos de crédito da Easynvest. Entende-se que o risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas à deterioração de garantias vinculadas ao contrato de crédito, à inadimplência do "tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". Adicionalmente, a Easynvest mantém aderência às melhores práticas de mercado, a fim de explorar segmentos de mercado economicamente interessantes, mitigando, contudo, a possibilidade de inadimplência. Nos casos em que atua exclusivamente como intermediadora no âmbito de câmaras de pagamento, o risco incorrido é reduzido. **21. Limites operacionais:** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 9,875% do Patrimônio Exigido. O Índice calculado para o exercício encerrado em 31/12/2016 é de 59,69% (68,68% em 2015). **22. Eventos subsequentes:** Durante o 1º trimestre de 2017, a Nyx Participações S.A., holding controlada pela Advent Internacional, assinou contrato para aquisição de parte minoritária significativa da Easynvest. A negociação ainda depende de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Marcio Martins Cardoso - Diretor

Reinaldo Dantas - Contador - CRC-1SP 110330/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores do **Easynvest - Título Corretora de Valores S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Easynvest - Título Corretora de Valores S.A.** ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Easynvest - Título Corretora de Valores S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião com ressalva:** Em 31 de dezembro a administração optou por não destinar dividendos mínimos aos acionistas, exceto pela parcela correspondente aos juros sobre capital próprio, colocando para a Assembleia Geral Ordinária a definição sobre sua distribuição ou retenção. Como consequência, as demonstrações contábeis não contemplam as diferenças dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 2.770 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes,

que emitiram relatório em 26 de fevereiro de 2016, sem modificação. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de audi-

toria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

BDO RCS

Auditores Independentes SS
 CRC 2 SP 013846/O-1

São Paulo, 29 de março de 2017

Alfredo Ferreira Marques Filho
 Contador CRC 1 SP 154954/O-3